



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kiêlse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Iri-neu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

Ato do Presidente:

RESOLUÇÃO N° 002/95

DATA: 25 de abril de 1995

SOMULA: Autoriza a realização de Plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o do Município de Palmas:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

"Começa na confluência do Rio Iguaçu com o Rio Butiã, seguindo pelo Rio Butiã até sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do Rio Rancho Grande, segue pelo Rio Rancho Grande até encontrar o Rio Chopin, seguindo pelo Rio Chopin até encontrar o Córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo Córrego Manchorra ou da Divisa, até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do Lageado do Veado, desce por este até sua foz no Rio São Lourenço, desce por este até sua foz no Rio Iratim, divisa intermunicipal com Bituruna, desce pelo Rio Iratim/acompanhando os limites intermunicipais com Bituruna até a foz do Lageado da Escada, daí por uma reta alcança a cabeceira do Lageado do Saltinho ou Ribeirão Canela, desce por este até sua foz no Rio de Criciúma, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, segue pelo Rio Iguaçu até encontrar o ponto de partida da confluência do Rio Butiã".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX Dezembro, em 24.04.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1995**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nereu Moura e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões, do item 03 (três), 2ª discussão do Projeto de Lei n° 031/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana e contida na Ordem do Dia da presente Sessão (08/05).

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de dis-

cussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1089

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao radialista Kandido de Oliveira, integrante do Sistema Independência de Comunicação, pelo exuberante e formidável trabalho jornalístico quando do recente episódio do seqüestro na Cidade de Mal. Cândido Rondon.

Com isenção, grande senso crítico e excepcional capacidade de relatar os fatos, Kandido de Oliveira mostrou ser hoje um dos melhores profissionais do rádio do Paraná.

O reconhecimento de seus milhares de ouvintes, que o contemplam com grande audiência faz merecedor do elogio e do reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1090

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao sindicalista César Luiz Bassani, ex-Diretor Regional do DIEESE e atualmente assessorando o Prefeito Municipal de Curitiba.

Trata-se de um competente profissional, que soube granjear o respeito e admiração da classe trabalhadora do nosso Estado, junto à qual é reconhecido pelo seu talento e dedicação.

Esta Casa, traduzindo este júbilo, faz em Ata de seus trabalhos esta manifestação.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1091

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao médico e presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho - ANAMT, Dr. Ruddy César Facci, pela realização do

IX Congresso Latino Americano de Saúde Ocupacional e IX Congresso Nacional de Medicina do Trabalho, que estão sendo realizados em nossa Capital.

Graças ao trabalho e liderança deste ilustre paranaense, hoje presidindo a mais importante entidade de classe do setor, foi possível trazer para Curitiba estes dois eventos.

Desejamos muito sucesso e consignamos nesta Casa o reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1092

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito reconhecimento a empresa Ico Comercial S/A, pelos 50 (cinquenta) anos de existência! Trata-se de empresa com larga clientela, bom corpo de funcionários e uma história de meio século que se confunde com a história recente do desenvolvimento empresarial de nosso Estado.

Na figura de seu Diretor-Presidente, Dr. Eugênio Menucci, que está se afastando do cargo, após uma vida inteira dedicada ao Grupo Ico, saudamos este evento e registramos o pleno reconhecimento desta Casa!

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela passagem dos 120 anos de emancipação política do Município de Jaguariaíva, no próximo dia 05.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Data tão significativa não poderia passar despercebida. Jaguariaíva converteu-se na última década num dos pólos do desenvolvimento industrial do Estado do Paraná, a ponto de que o fôra simples caminho e passagem dos tropeiros que ajudaram a construir a pujança do Paraná, se transformando numa das principais sendas do progresso.

Não bastasse a PISA, uma das maiores produtoras de papel e celulose da América do Sul, outros estabelecimentos fabris comecem a brotar, tanto quanto sua agricultura se multiplica.

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, irmanado ao sentimento de júbilo e agradecimento dos brasileiros, pelos 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e participação gloriosa da Força Expedicionária Brasileira; concordando com a opinião de que, estar informado no período da Segunda Grande Guerra não era só uma questão de saber o que estava acontecendo, era a "única forma de se saber opinar e pensar sobre as transformações pelas quais passava o mundo" e que, era então o rádio o principal meio de comunicação, seguido pelos jornais.

E que, nesse contexto, o jornal "Gazeta do Povo" era, no Paraná, o maior veículo e que sua importância está patenteada na edição do caderno especial "Dia da Vitória", publicado em 07.05.1995, REQUER, à douta Mesa Executiva, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações pelo excelente trabalho de informação que presta à comunidade paranaense há mais de setenta anos e que, durante a Segunda Guerra Mundial, representou um serviço de utilidade pública.

Requer ainda que o caderno "Dia da Vitória" seja inserido nos Anais do Poder Legislativo para que possa a posteridade dele e dos fatos que narra, ter conhecimento.

Finalmente, requer, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, digno Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada a mensagem de congratulações, ao Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, pela realização do XIII Sessão do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, a se reunir em Curitiba, nos dias 11, 12 e 13 de maio próximo.

Este evento se reveste de muita importância, ao debater as perspectivas da educação e em particular da escola pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) PERICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de congratu-

lações ao Ilustríssimo Senhor Rogério Florenzano, diretor-comercial do conceituado jornal Gazeta do Povo, sendo destaque no Prêmio Colunista como Publicitário do Ano.

Tal honraria cobre de orgulho todos nós paranaenses que acompanhamos no dia-a-dia as notícias e a propaganda veiculadas na Gazeta do Povo, jornal que sempre esteve à frente na luta paranista.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Rogério Florenzano está na atividade publicitária há 30 anos. Na Gazeta do Povo vem realizando um trabalho de competência, ousadia, criatividade, todos os dias retratados nas páginas deste jornal que é um dos melhores e mais lidos do país. Se nas informações do noticiário o leitor encontra as novidades e as opiniões de jornalistas renomados, nas propagandas e nos classificados encontra uma completa lista de produtos e serviços sempre facilitando o seu acesso ao mercado.

REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

Os 50 anos da vitória dos aliados sobre os nazifascistas, na Segunda Guerra Mundial, foram comemorados com diversos eventos solenes que marcam esse acontecimento que produziu grandes transformações no mundo. O fim da guerra na Europa, com a rendição da Alemanha, foi comemorado pelos países aliados no dia 8 de maio de 1945.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, se deu com a criação da Força Expedicionária Brasileira - FEB, em 23 de novembro de 1943. Mais de 25 mil pracinhas foram incorporados à FEB. Na campanha, morreram 430 praças, treze oficiais, além de oito oficiais da FAB.

Pelo heroísmo da FEB, pelo valor demonstrado pelos pracinhas brasileiros, na defesa da paz mundial e por tudo o que a bravura daqueles que tombaram nos campos de batalha ou voltaram à Pátria depois de participarem dos combates na Itália, o louvor desta Casa que representa o povo paranaense, o reconhecimento e a gratidão.

Por tudo o que representa este "Dia da Vitória" para a humanidade, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Coronel e Professor Walter Iversen, Presidente da Casa do Expedicionário, ao comando da 5.^a Região Militar e do CINDACTA II.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o duto e soberano Plenário, seja encaminhado votos de congratulações ao Presidente da COOPERATI - Cooperativa Agrícola de Irati Ltda, Rua 19 de Dezembro, n° 246, Caixa Postal 402, em Irati, Senhor João Inácio Roos, extensivo aos demais diretores, pela grande manifestação do dia 1° de maio, em prol dos nossos sofridos agricultores da região Centro-Sul que sofreram perdas irreparáveis na safra 94/95 de feijão.

Estamos encaminhando as reivindicações propostas na Assembléia para o Ministro da Agricultura; ao Presidente do Banco Central; ao Presidente do Banco do Brasil e ao Deputado Federal Paulo Cordeiro, para conhecimento e providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o duto e soberano Plenário, seja encaminhado votos de congratulações à Associação das Malharias de Prudentópolis; ao Núcleo de Criadores de Ovinos e a Prefeitura Municipal de Prudentópolis; organizadores da V Feira das Malhas; III Feira de Ovinos e II Festa do Borrego no Rolete; realizado entre os dias 4 a 7 deste mês de maio no CTG Rincão da Amizade, no Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação de uma Vara de Execuções Penais no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) SAMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O nosso pedido é fundamentado na necessidade de ser dispensada especial atenção e prioridade nos pedidos de benefícios reivindicados por pessoas condenadas a pena privativa de liberdade e residente naquela região, garantindo maior celeridade nos procedimentos processuais e evitando que a prisão se prolongue em função da demora nas decisões.

A instalação de uma Vara de Execuções

Penais em Foz do Iguaçu, virá de encontro aos anseios dos réus condenados que vivem a angústia da demora nas decisões, bem como da Magistratura e Ministério Público que, embora tenham o maior interesse em agilizar os processos, não conseguem, pelo elevado número de pedidos, além de diminuir significativamente a quantidade de processos nas Varas de Execuções Penais da Capital.

REQUERIMENTO N° 1085

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de executar reparos nas ruas do Jardim Boa Vista IV, tendo em vista as mesmas se encontrarem em péssimas condições.

O pedido está sendo feito pelos moradores da Rua Pérola, localizada naquele bairro.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1086

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de concluir o antipô na Rua Diamantes - Jardim Boa Vista IV, tendo em vista que quando chove a rua fica lisa, impedindo a subida do ônibus e quando o tempo é seco, há muita poeira.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que é necessário resolver esse problema com urgência, porém enquanto não for concluído o antipô, que seja colocado saibro como uma solução imediata e provisória.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1087

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio localizado nos fundos da casa n° 210 da Rua Juscelino Kubitschek - Jardim Tropical. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, tendo em vista que este terreno está muito sujo e há proliferação de ratos.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1088

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Gerônimo Alberti - Jardim Georgina, os quais solicitam reparos nessa rua, tendo em vista a existência de muitos buracos e pô, causando muitos problemas a todos que lá residem e trafegam.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários das linhas Jardim Paraíso e Jardim Buenos Aires, da Viação Antonina - Almirante Tamandaré, os quais solicitam que sejam colocados mais carros nos horários de pico, tendo em vista os coletivos circularem superlotados, causando muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1094

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários da linha de ônibus Jardim Paraíso, os quais solicitam que esse ônibus tenha o ponto final no Jardim Silvana, em Almirante Tamandaré. Seriam somente mais três pontos para frente do atual e beneficiará aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias do Jardim Silvana.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1095

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, sentido de determinar policiamento em frente

ao Colégio Estadual Protásio de Carvalho, localizado na Rua Cidade Gaúcha, próximo ao PROVOPAR, no bairro Santa Helena.

O pedido está sendo feito pelos pais de alunos, tendo em vista que marginais ficam nesse local, agredem e roubam diariamente seus filhos. Muitos desses desocupados chegam a pular o muro do colégio, entrar no pátio e quando a direção chama a polícia eles fogem.

Alunos, pais e funcionários desse estabelecimento de ensino estão apavorados e solicitam a ação imediata da polícia a fim de acabar com essa situação tão delicada e perigosa.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1096

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Rua Saldanha Marinho, entre as Ruas do Rosário e José Bonfácio.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessas ruas, os quais afirmam que nesse trecho existem dois bares e o acúmulo de marginais é intenso. Muitas lojas já foram assaltadas várias vezes e têm causado muita apreensão em todos.

Pedem providências urgentes a fim de coibir a ação desses marginais e desocupados.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1097

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, para que instrua ao Instituto de Previdência e Assistência - aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de tomar providências quanto ao fornecimento de contra-cheques da pensionista, a Sra. Irailde Ribeiro, os quais, desde abril/94, não mais lhe foram entregues.

Afirmou-nos a Senhora Irailde que recebe pensão de seu marido, o Senhor Miguel Ribeiro, o qual era servidor do Estado, na função de Agente de Segurança, cadastrado sob o n° 12928/8/1-A, e que há mais ou menos um ano não recebeu mais os contra-cheques.

Já procurou se informar no IPE sobre eles e disseram-lhe que encaminham pelo Correio, e este, informa que não os recebe.

Curitiba, segunda, em 08.05.95

O seu endereço continua o mesmo: Rua Dias da Rocha Filho, nº 549 - Cristo Rei.

Pede-se que seja visto o que realmente está ocorrendo, pois uma vizinha sua que também é pensionista vem recebendo os contra-cheques regularmente.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Senhor Governador Jaime Lerner, para que viabilize com grande urgência, locais para armazenamento de produtos derivados da mandioca, na Região Noroeste.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Tal pleito deve-se ao fato de que os produtores de farinha de mandioca das proximidades da Cidade de Cianorte não possuem alternativas de armazenagem para a grande produção que ora se apresenta e assim rogamos que sejam atendidos a fim de solucionarmos o problema.

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em regime de urgência, ao Senhor Ernesto Capozzi, Diretor-Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná, no sentido de determinar revisão nos critérios de fechamento das agências do Banco do Brasil nos municípios paranaenses: Bituruna, Cândido de Abreu, Cruz Machado, Francisco Alves, Guaratuba, Iporã, Iretama, Itambaracã, Maria Helena, Mariluz, Ortigueira, Pérola, Rebouças, Santana do Itararé, São Pedro do Ivaí, Siqueira Campos e Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As agências do Banco do Brasil, nos Municípios paranaenses de Bituruna, Cândido de Abreu, Cruz Machado, Francisco Alves, Guaratuba, Iporã, Iretama, Itambaracã, Maria Helena, Mariluz, Ortigueira, Pérola, Rebouças, Santana do Itararé, São Pedro do Ivaí, Siqueira Campos e Tuneiras do Oeste cumprem papel importante na região que se encontra em franco processo de desenvolvimento, principalmente após a implantação de rodovias asfaltadas que deram e estão dando enorme impulso à produção, conseqüentemente, seu rápido escoamento.

Tratam-se de regiões eminentemente agrícolas que têm recebido e necessitam

continuar recebendo todo o apoio do Banco do Brasil, para o crescimento da economia.

O Paraná prepara-se para colher a maior safra agrícola de todos os tempos. O Banco do Brasil investiu nos Municípios antes enumerados, colaborou para o desenvolvimento e agora pedimos para continuar junto com as classes produtivas e comunidades regionais a colher os resultados positivos com o surto do progresso advindo da recuperação dos mencionados municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o dever de associar-se aos angustiantes apelos de toda sociedade envolvida diretamente nos municípios, aguardando solução positiva para tranquilizá-los.

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Luiz Alberto Kuster, solicitando o cascalhamento e levantamento das estradas abaixo citadas, no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação do Prefeito do Município de Luiziana, solicitando o cascalhamento e levantamento das estradas:

06 km na estrada do Divisor a Mamborê ao rio Tricolor;

05 km na estrada de Campina a Fazendinha;

05 km na estrada da Sede do Município até o rio da Várzea;

02 km na estrada da Sede do Município até a localidade de Valinhos;

02 km na estrada do Meio até o asfalto.

Tal solicitação se faz necessária, pois o município possui uma grande extensão territorial, dividida em várias localidades, das quais muitas crianças dependem de transporte escolar oferecido pelo Governo Municipal para deslocarem-se diariamente até a sede do município, onde freqüentam os bancos escolares, sendo que, enfrentam grandes dificuldades com o referido transporte devido às distâncias, e as estradas se encontram em estado precário, necessitando de reparos urgentes.

Assim sendo, este Parlamentar espera a especial atenção, para viabilizar e concretizar o sonho dos moradores daquela região.

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo providências no sentido de viabilizar a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Cornélio Procopio.

A medida se justifica, pois, como a prática tem revelado, a existência de um órgão policial específico ao atendimento das mulheres, dotado de estrutura e profissionais especializados, propicia melhores condições para que elas denunciem as agressões de que são vítimas. Tem-se, portanto, melhores condições para coibir a violência contra a mulher.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Pierina Inácio, do Município de Salto do Lontra - PR.

Requer ainda, que o teor do presente dê-se ciência à família, sito na Av. Nicolau Inácio, s/n.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A extinta senhora pertencia a tradicional família de Salto do Lontra. Seu passamento irreparável, veio abrir lacuna no seio da família. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Inácio, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Antonio Ganassim, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, congratulando pela passagem de 15 anos de emancipação do município, dia 14 de maio de 1995.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dado ciência também aos Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Três Barras do Para-

nã.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Três Barras do Paraná comemora nesta data sua emancipação política. Foram 15 anos de árduo trabalho, onde a população demonstrou o espírito de luta e companheirismo, o que contribui de forma decisiva para que Três Barras do Paraná angariasse a nossa admiração e simpatia em virtude de sua garra e determinação.

As dificuldades enfrentadas pelo seu povo eram grandes, maior ainda era a vontade de crescer.

Nem mesmo os caminhos espinhosos foram obstáculos capazes de impossibilitar as conquistas daquela gente que integra esse município que honra nosso Estado.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Augustinho Heinzen, Prefeito Municipal de Jesuítas, congratulando pela passagem de 15 anos de emancipação política do município, dia 13 de maio de 1995.

Outrossim, REQUER, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito, Benedito José de Souza e Senhores Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em 13 de maio de 1980, desmembrava-se de Formosa do Oeste, o Município de Jesuítas, cidade conhecida em todos os cantos deste Estado pela sua elevada produção agrícola.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pelo seu Executivo e Legislativo para bem estruturar aquele município.

Mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres que, mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Jesuítas se tornasse um município pujante.

Em todos os setores, constatamos hoje, obras de vital importância para o bem-estar da população jesuitense, o que traduz de forma real e cristalina que seu quadro

político teve a ousadia de transformar em realidade os sonhos acalentados nos corações de seus munícipes.

Esta proposição, fará com que o Legislativo paranaense, através deste Parlamento, preste esta justa homenagem àquele município, pela passagem desta tão importante data.

REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura, objetivando a construção do escritório do IAPAR no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 CEP: 87501-130); ao Vereador Genesio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama (Av. Maringá, 4863, CEP: 87502-080) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, CEP: 87501-190, Umuarama).

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama e toda região, apresenta notável potencialidade na agricultura e pecuária. Desta forma, é imprescindível a colaboração desta Pasta na construção de um escritório do IAPAR com instalações adequadas, a fim de melhorar o atendimento deste serviço.

REQUERIMENTO N° 1108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da ponte na Estrada Jangada, Município de Pérola.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, Prefeito Municipal de Pérola (Rua Rosário, 202 - CEP: 87540-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Pérola já encaminhou a esta Pasta, o Orçamento Físico Financeiro da mencionada ponte, cuja construção é em concreto armado, com vão de 4,5m, largura de 3,50m e muro de arrimo

em alvenaria de uma vez e tijolos maciços.

REQUERIMENTO N° 1109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cândido Martins de Oliveira, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura devidamente equipada, para atender a Delegacia de Polícia do Município de Pérola.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, Prefeito Municipal de Pérola (Rua Rosário, 202 - CEP: 87540-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Delegacia de Polícia de Pérola possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, garantindo conseqüentemente tranqüilidade àquela população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de materiais odontológicos para o Município de Rebouças.

Atualmente, não está sendo possível atender a contento, a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos, não sendo possível, nem mesmo, realizar um trabalho preventivo.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros em favor da Fundação Hospital de Saúde Municipal de Inácio Martins,

para aquisição de equipamentos e materiais de fundamental importância ao bom funcionamento desta Casa de Saúde.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Hermas Eurides Brandão, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de sementes à Associação Comunitária Regional do Guamirim, no Município de Irati.

A presente solicitação, visa a distribuição de sementes aos pequenos agricultores da localidade de Guamirim, fornecendo a estes, maiores condições de plantio de culturas básicas da região, como o milho e feijão.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, com base no disposto no parágrafo único do artigo 1° do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a mudança temporária da sede deste Poder Legislativo para a Fundação Teatro Guaíra, na data de 28 de maio do corrente ano, às 09h00min, com a finalidade especial de realizar Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Maestro Alceo Bocchino, conforme Lei Estadual n° 8975, de 09 de maio de 1989.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, fulcrados no Art. 161 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no uso de suas prerrogativas, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente sessão, declaração de voto contrário à aprovação do Projeto de Lei n° 112/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, pelas razões que passam a aduzir:

Tramitando neste Poder, em fase final de discussão, o plano de lei em tela pretende regulamentar os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dar outras providências. A aprovação de Regime de Urgência para a matéria impediu sua retirada da Ordem do Dia para análise mais aprofundada.

Flagrantemente inconstitucional - como demonstraremos adiante - o Projeto de Lei n° 112/95 não poderia sequer ser objeto de deliberação, conforme preceituado pelo Art. 124, § 4° do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A intenção do ilustre Deputado Luiz Cláudio Romanelli fere o Art. 174 e o Art. 192 da Constituição Federal, uma vez que consagra o monopólio de um banco para o recebimento de contas e taxas.

"Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".

(Constituição Federal, Art. 174)

O recebimento de contas e taxas constitui-se numa atividade econômica e, como tal, não tem o administrador condições legais e constitucionais para manuseá-la, transformando-a em monopólio estatal - o que também, constitucionalmente, é impedido.

O Art. 177 do Texto Constitucional descreve as hipóteses em que se dá a formação de monopólio nacional. No que respeita ao Sistema Financeiro, o Art. 192 da Constituição Federal dispõe: "O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em Lei Complementar (...)".

Se a Lei Maior dispõe - expressamente - que o Sistema Financeiro deve servir aos interesses da coletividade, como pode este Legislativo aprovar lei que - inconstitucionalmente - quer conceder a um só banco o monopólio do recebimento de contas e taxas, além de outras movimentações?

É evidente e volumoso o prejuízo que a medida acarretará aos cidadãos paranaenses que, hoje, têm a facilidade de efetuar pagamentos através de débito automático em conta corrente e serão obrigados - se aprovada a medida - a enfrentar filas para honrar seus compromissos que somente poderão ser pagos junto ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO. Sabemos ser inviável que toda a população do Estado mantenha conta naquela instituição financeira. Da mesma forma, não é aceitável que sejam os paranaenses obrigados a se tornar correntistas do BANESTADO.

Questiona-se: como serão efetuados os pagamentos nos municípios onde não existe instalada agência do Banco do Estado do Paraná?

Não podemos esquecer os prejuízos que tal medida acarretará para o Estado que mantém - ao longo da história - estreito relacionamento com agentes financeiros como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Curitiba, segunda, em 08.05.95

O Banco do Brasil, aliás, é no Paraná o único agente financeiro que aplica os recursos captados em poupança no financiamento à atividade agropecuária, sendo responsável pelo atendimento de mais de setenta por cento da demanda de crédito da agricultura no nosso Estado.

Não se pode permitir que a medida preconizada pelo Deputado Luiz Cláudio Romaneli venha criar obstáculos intransponíveis à manutenção de um grande número de agências das demais instituições financeiras; isto geraria conflitos com as necessidades da coletividade, que restaria sem atendimento.

Cabe assinalar, ainda, que a proposição em epígrafe fere dois princípios basilares do Direito Pátrio: o da Igualdade e o da Liberdade. O primeiro, no que se refere às condições paritárias em que o Estado deve exercer seu domínio na atividade econômica, em relação à iniciativa privada, sem privilégios, e - o segundo - no tocante ao direito dos cidadãos de livremente, escolherem as instituições financeiras para movimentação de contas e/ou realização de operações.

Isto posto, registramos nossa contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 112/95, requerendo que a presente declaração seja encaminhada ao Senhor Governador do Estado em anexo à proposição aludida.

Sala das Sessões, em 08.05.95.

(a) ALGACI TULIO

Apoio: Reny Borsatto, Walmar Trentini, Luiz Accorsi, João Techy e Nelson Tureck.

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente.

O adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, com fulcro nas prerrogativas regimentais, vem respeitosamente à presença de V. Exa. interpor recurso de sua decisão proferida durante a deliberação do item 2º - Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romaneli, regulamentando os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado, da pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária levada a efeito no dia 03 de maio do corrente ano, quarta-feira, quando o signatário apresentou duas emendas aditivas à matéria em causa e uma foi considerada prejudicada em razão da aprovação da outra.

A primeira emenda aditiva apresentada somente inclui no artigo 3º do sobredito plano de lei a palavra "público" após as expressões "pessoas jurídicas de direito", passando o artigo a configurar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, poderá credenciar pessoas jurídicas de direito público e privado a

receber os valores definidos na presente lei, consignando prazo para que os credenciados efetuem os depósitos, em agência especificada."

Portanto, o artigo em questão tem por objetivo tão somente abrir a possibilidade de credenciamento também para pessoas jurídicas de direito público, como, por exemplo, prefeituras de cidades que não têm bancos autorizados, redação esta que não conflita com a redação da segunda emenda apresentada.

A segunda emenda aditiva tem por objetivo incluir no artigo 2º, "caput", incisos I e II, e artigo 2º, "caput", as palavras "e bancos públicos", tendo em vista não prejudicar sobretudo o desenvolvimento do trabalho do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, visto que essas instituições financeiras estão fechando muitas de suas agências no Estado do Paraná devido aos "déficits" registrados em agências de cidades pequenas. A restrição imposta pelo Projeto de Lei nº 112/95 inviabiliza o funcionamento das pequenas agências do Banco do Brasil nos pequenos municípios do Paraná, onde inclusive, na sua maioria, não há sequer agência do BANESTADO.

É preciso destacar que não se pode desprezar a longa parceria existente entre o governo do Estado e os principais bancos públicos deste país, visto que essa prática tem trazido recursos para o Estado do Paraná e, conseqüentemente, progresso para a população paranaense.

A COPEL, dentro desse processo de trabalho conjunto, utiliza recursos emprestados do Banco do Brasil, que também é o responsável pelo repasse dos recursos federais investidos na agricultura, atividade de base da estrutura econômica paranaense. A Caixa Econômica Federal atende em habitação, atualmente, a 373 mil mutuários no Estado do Paraná, cujos recursos são oriundos da Caderneta de Poupança e FGTS. Somente com recursos do FGTS foram construídas 289 mil unidades habitacionais no Paraná, beneficiando principalmente famílias de baixa renda, gerando milhares de empregos diretos e indiretos. A Caixa Econômica Federal, no Paraná, efetua em média 328 mil pagamentos por dia.

Tem-se a certeza de que ambas as emendas podem prosperar, melhorando a aplicabilidade do plano de lei em análise, posto que a redação de uma não prejudica a da outra. O objetivo do Projeto de Lei nº 112/95 - a luta em prol do fortalecimento do BANESTADO, o Banco do Estado do Paraná - é de extrema relevância, contudo, as emendas apostas contribuem para que os efeitos dessa legislação alcancem maior êxito, porque não excluem a participação de outros bancos públicos cujos investimentos no Paraná auxiliam muito os programas do

Governo Estadual, fazendo com que este Estado seja um dos mais desenvolvidos do país. Sem recursos não há programas e sem programas não há como se reparar as injustiças econômicas e sociais que marcam o Brasil.

Isto posto, pede-se a V. Exa. que reveja sua decisão e submeta à deliberação do Plenário desta Assembléia as duas emendas apostas ao Projeto de Lei nº 112/95.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja aprovada a transcrição nos Anais desta Casa, em sessão de hoje, do artigo "Consenso de Washington e os Sindicatos", de autoria do líder sindical paranaense Juvenal Pedro Cim e que foi veiculado no Jornal "O Estado do Paraná", edição de 9 de abril passado.

Trata-se de importante análise de interesse dos trabalhadores, feita por um conhecido e destacado sindicalista, cuja importância requer o reconhecimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 153/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Abrigo da Infância e Juventude, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 30 de agosto de 1992, o Abrigo da Infância e Juventude de Cornélio Procopio tem como finalidade abrigar e proteger crianças e adolescentes desassistidos, atendendo às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pelos inúmeros serviços prestados à coletividade foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 017/93, de 03.05.93.

A medida que estamos propondo não só é um reconhecimento do valor da entidade, mas também propicia um apoio concreto para que ela possa efetivar o papel social a que se propõem. Para tanto, confiamos poder contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 154/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.95

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O homenageado teve importante participação no desbravamento do Oeste do Estado, principalmente em Cascavel onde se radicou em 1959, formou a sua família e acreditando na potencialidade da região investiu firmemente, colaborando sobremaneira com o progresso e crescimento hoje vivenciado. Sua trajetória marcada pela coragem, trabalhando arduamente conseguiu se transformar de um modesto vendedor ambulante para um dos empresários mais bem conceituados do Brasil no ramo de transporte rodoviário de passageiros.

Homem com visão futurista, não restringiu sua atividade apenas no Paraná, mas abriu caminho para integração entre este Estado e outros, especialmente no Norte do Brasil, colaborando decisivamente para o desenvolvimento e grandeza desta Nação.

O Paraná deve se orgulhar desse cidadão, simples, arrojado e honrado, digno e extremamente competente, que surgiu de baixo, mas com esforço e trabalho veio galgando degrau por degrau chegando hoje ao que é.

Por isso, esta Assembléia precisa reverenciar pessoas como o Senhor Assis Gurgacz, que tem seu passado marcado por lutas em favor do progresso e desenvolvimento do Brasil.

O Oeste do Paraná está orgulhoso por tê-lo entre seus cidadãos que tem destacado o nosso Estado no cenário empresarial.

Assis Gurgacz, é merecedor dessa homenagem, ora-proposta, uma vez que não mediu esforços e empenhou-se eficazmente no sentido de alcançar soluções aos problemas que se apresentavam e ainda hoje persistem em inviabilizar qualquer projeto, de qualquer natureza.

Quando muitos especulam no mercado financeiro, outros desanimados buscam outros países para investirem, o nosso homenageado superou os empecilhos, conquistou esforços, gerou milhares de empregos, confiou no Brasil e sobretudo no nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

A Presidência anuncia a visita do Presidente Nacional do Partido Social Cristão, Dr. Antonio Fernando de Macedo Schleder, com muita satisfação.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PDT. (Declina)

PFL. (Declina)

PSDB. (Declina)

PPR. (Declina)

PSC. (Declina)

PT. (Declina)

Liderança do Governo. (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que regulamenta os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiras dos órgãos do Estado e dá outras providências. PARECER DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO. REGIME DE URGÊNCIA. **Apreciar neste turno a Emenda de Plenário aprovada em 2ª discussão.**

O SR. ALGACI TOLIO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, estamos apresentando hoje dentro do Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, um voto em separado porque nós temos uma série de preocupações com o resultado lá na frente em relação a este Projeto de Lei. Não temos mais condições por estar o Projeto já em votação, já está em 3ª discussão, não tem como pedir ao nobre Parlamentar até uma votação da sua parte, até mesmo uma compreensão da sua parte na retirada para que a gente pudesse até analisar com mais profundidade o Projeto de Lei, que no mérito todos nós, evidentemente paranaenses, entendemos que é importante para o Banco do Estado do Paraná. Mas temos algumas preocupações, e quero fazer aqui a leitura deste meu voto em separado, que eu espero que a nossa Bancada de apoio ao Governo do Estado tam-

bém nos acompanhe evidentemente ouvindo a leitura que farei para que evidentemente se situem dentro deste voto em separado.

Os Deputados autores do presente, adiante subscritos, REQUEREM, fulcrados no Art. 161 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e no uso de suas prerrogativas, seja registrado na Ata dos trabalhos da presente sessão, declaração de voto contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, pelas razões que passam a aduzir:

Tramitando neste Poder, em fase final de discussão, o plano de lei em tela pretende regulamentar os depósitos e aplicações das disponibilidades financeiros dos órgãos do Estado e dar outras providências. A aprovação de Regime de Urgência para a matéria impediu sua retirada da Ordem do Dia para análise mais aprofundada.

Flagrantemente inconstitucional - como demonstraremos adiante - o Projeto de Lei nº 112/95 não poderia sequer ser objeto de deliberação, conforme preceituado pelo Art. 124, § 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

A intenção do ilustre Deputado Luiz Cláudio Romanelli fere o Art. 174 e o Art. 192 da Constituição Federal, uma vez que consagra o monopólio de um banco para o recebimento de contas e taxas.

"Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado."

(Constituição Federal, Art. 174)

O recebimento de contas e taxas constitui-se numa atividade econômica e, como tal, não tem o administrador condições legais e constitucionais para manuseá-la, transformando-a em monopólio estatal - o que também, constitucionalmente, é impedido.

O Art. 177 do Texto Constitucional descreve as hipóteses em que se dá a formação de monopólio nacional. No que respeita ao Sistema Financeiro, o Art. 192 da Constituição Federal dispõe: "O Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em Lei Complementar (...)".

Se a Lei Maior dispõe - expressamente - que o Sistema Financeiro deve servir aos interesses da coletividade, como pode este Legislativo aprovar lei que - inconstitucionalmente - quer conceder a um só banco o monopólio do recebimento de contas e taxas, além de outras movimentações?

É evidente e volumoso o prejuízo que a

medida acarretará aos cidadãos paranaenses que, hoje, têm a facilidade de efetuar pagamentos através de débito automático em conta corrente e serão obrigados - se aprovada a medida - a enfrentar filas para honrar seus compromissos que somente poderão ser pagos junto ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO. Sabemos ser inviável que toda a população do Estado mantenha conta naquela instituição financeira. Da mesma forma, não é aceitável que sejam os paranaenses obrigados a se tornar correntistas do BANESTADO.

Questiona-se: como serão efetuados os pagamentos nos municípios onde não existe instalada agência do Banco do Estado do Paraná?

Não podemos esquecer os prejuízos que tal medida acarretará para o Estado que mantém - ao longo da história - estreito relacionamento com agentes financeiros como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. O Banco do Brasil, aliás, é no Paraná o único agente financeiro que aplica os recursos captados em poupança no financiamento à atividade agropecuária, sendo responsável pelo atendimento de mais de setenta por cento da demanda de crédito da agricultura no nosso Estado.

Não se pode permitir que a medida preconizada pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli venha criar obstáculos intransponíveis à manutenção de um grande número de agências das demais instituições financeiras; isto geraria conflitos com as necessidades da coletividade, que restaria sem atendimento.

Cabe assinalar, ainda, que a proposição em epígrafe fere dois princípios basilares do Direito Pátrio: o da Igualdade e o da Liberdade. O primeiro, no que se refere às condições paritárias em que o Estado deve exercer seu domínio na atividade econômica, em relação à iniciativa privada, sem privilégios, e - o segundo - no tocante ao direito dos cidadãos de livremente, escolherem as instituições financeiras para movimentação de contas e/ou realização de operações.

Isto posto, registramos nossa contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 112/95, requerendo que a presente declaração seja encaminhada ao Senhor Governador do Estado em anexo à proposição aludida.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO"

Sala das Sessões, em 08.05.95

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a citar, ninguém é contra o mérito da matéria, no entanto ela não deixa muita flexibilidade, nós entendemos até a vontade do autor da matéria e comungamos o pensamento que seria fazer com que os depósitos judiciais evidentemente viessem a ser realizados no Banco do Estado do Pa-

raná, agora, da maneira como o projeto está sendo votado já em 3ª discussão, tira outras possibilidades até de convênios e evidentemente a situação de o Banco do Estado não ter agências onde tem o Banco do Brasil, onde tem a Caixa Econômica Federal.

Por isso, peço a reflexão ao Plenário, muito embora deveríamos ter feito essa ressalva na 2ª votação, mas em função de um atropelo de CPI, essa coisa toda, acabamos até, e me penitencio aqui, perdendo a oportunidade.

Por isso peço à Bancada esta atenção, porque como sendo um projeto de lei inconstitucional é evidente que daqui há trinta dias o Governo do Estado poderá vetar o projeto, e pode parecer que o Governador e nós Parlamentares estejamos trabalhando contra o Estado, contra o Banestado, quando não é essa a nossa preocupação.

A nossa preocupação é pela legalidade do projeto, pela profundidade onde o projeto pode realmente trazer sérios prejuízos até na questão política ao Governador Jaime Lerner, podendo trazer-lhe sérios problemas na assinatura de futuros com a CEF, com o Banco do Brasil, para incentivo à agricultura, para incentivo às outras culturas do nosso Estado, e não queremos, de repente, fechar tudo em cima do Banco do Estado do Paraná.

Sei, repito, onde quis chegar o Deputado Romanelli, e aí concordo com Vossa Excelência, fazer com que os depósitos judiciais realmente sejam canalizados para o Banco do Estado que só deixaram de ser, em função de um briga há anos passados entre o ex-Governador Roberto Requião e o Tribunal de Justiça.

Então queria fazer esse esclarecimento.

Desculpe-me Deputado Toti Colaço estou em encaminhamento de votação e não me é permitido conceder apartes, aqueles que desejarem poderão usar a tribuna para fazer encaminhamento.

Então era isso Sr. Presidente, queria usar essa tribuna para fazer essa ressalva porque daqui há 30 dias poderá voltar esse projeto em forma de veto e aí vão nos cobrar, mas a Bancada Governista votou favorável e agora vota contra.

Então era essa a justificativa que queria fazer Sr. Presidente, muito embora, repito mais uma vez, me penitencio pelo fato de que assoberbado com uma série de problemas, acabamos até perdendo uma grande oportunidade, e pelo fato também de que o projeto veio em regime de urgência e não possibilitou sequer a sua retirada para que pudéssemos emendá-lo podéssemos analisá-lo.

Para concluir, estou baseado em informações que recebi durante essa manhã da

Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi para minha surpresa o Deputado Algaci Túlio ir à tribuna desta Casa e falar contra um projeto que é do interesse seguramente de todos aqueles paranaenses que têm a responsabilidade de um dia dirigir esse Estado. Não tenho dúvida que o Governador Lerner vai sancionar este projeto que é de nossa autoria mas com o apoio de muitos dos Srs. Deputados, da Bancada da Oposição e também, felizmente, do PDT, PTB, PSC, do PSDB.

Porque, Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, sou um sujeito que me considero, que em determinados momentos da minha vida talvez os piores, sempre tive aquilo que se pode determinar como sorte, ou então como mais particularmente acredito, Deputado Alborghetti, é a mão de Deus me ajudando.

E hoje abro aqui, poucos minutos antes de vir para essa sessão, nunca imaginei que o Deputado Algaci Túlio pudesse vir a essa tribuna e se pronunciar num voto contrário a um projeto de interesse público que fortalece o nosso Banco, e dizer como ele disse, sem ter lido o Projeto, ele está, na verdade, lendo um texto que foi preparado por sua assessoria ou sabe lá Deus que assessoria, que também não leu o Projeto e que, aí sim, quer ele deixar os nossos ilustres colegas apavorados.

Estou aqui hoje com a página Negócios, da Folha de São Paulo, que mostra Deputado Nerone, mostra aqui o seguinte: que o Banco Bamerindus atua como banco oficial em dois Estados no Tocantins e no Mato Grosso do Sul. E lá, nesses dois Estados, eles estão muito satisfeitos com a atuação do Banco Bamerindus. E por quê estão satisfeitos?

Porque em dezembro eles fizeram convênio com o Bamerindus. Como eles não têm Bancos estaduais e tornaram o Bamerindus o banco oficial desses Estados. E qual é um dos itens da cláusula desse convênio? É o monopólio do recebimento dos impostos, das taxas e dos depósitos oficiais no Bamerindus. É por isso que o Bamerindus e a parceria que eles estão realizando com o aumento da arrecadação, no Mato Grosso e no Tocantins é uma parceria bem sucedida.

Ora, Srs. Deputados, se é bom para o Bamerindus nesses Estados ter o monopólio do recebimento das taxas, dos depósitos e dos impostos, por que é que não pode ser bom para o Banco do Estado do Paraná que está em todo o Paraná? São bancos que têm,

na verdade - hoje, a responsabilidade de receber 80% das contas de energia elétrica e de água do Estado. E esse montante de recursos significam, apenas, 40% do volume de dinheiro que entra no banco.

O BANESTADO está perdendo e perdendo muito dinheiro, porque o pequeno contribuinte, aquele que paga a sua tarifa de energia elétrica e de água ele não tem conta no BANESTADO, ele vai para fila, mas a Emenda que o Deputado Nerone apresentou ao nosso projeto e que nós, apoiamos, ela abre no art. 3º, Deputado Algaci Túlio, e gostaria que Vossa Excelência prestasse atenção para que depois o Senhor não precise, novamente encaminhar nesse debate - em Plenário, num aparte infeliz, num encaminhamento infeliz e dizer que não é possível - ao BANESTADO, é claro, Srs. Deputados. É claro que é possível ao BANESTADO fazer convênio ao Banco do Brasil, com o BAMERINDUS, com o BRADESCO, com as farmácias, com os supermercados que hoje recebem contas, mas à luz dos interesses do banco público paranaense que é o Banestado.

Por isso, saibam os Senhores, o projeto não é inconstitucional, ele atende aos interesses do Governo do Paraná e, sobretudo, atende os interesses do nosso povo porque é o fortalecimento do nosso Banco.

Por isso quero fazer, aqui, um apelo aos Deputados desta Casa para que votem a favor desse projeto, que não é meu, é um projeto de interesse do Paraná.

Obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, venho à tribuna para encaminhar posteriormente, pedirei uma Questão de Ordem interpondo recursos contra a decisão da Presidência com relação à Emenda que tinha apresentado ao Projeto do Deputado Romanelli na última Sessão.

Exatamente por toda argumentação feita pelo Deputado Algaci Túlio, é que entendíamos que era necessário, manter o pagamento de todos os tributos, de todas as taxas, os depósitos judiciais nos bancos públicos do Estado do Paraná. E entendemos como bancos públicos do Estado do Paraná, todos aqueles bancos que, efetivamente, aplicam recursos no Estado do Paraná. Ou seja: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e, obviamente, o Banco do Estado do Paraná.

Na última sessão colocamos duas emendas: primeira com referência a possibilitar que o BANESTADO nas cidades onde não houvesse nenhum banco, oficial ou privado, pudesse ter mais convênios com a prefeitura para recebimento de água, luz e de outras tarifas do Governo do Estado do Paraná.

Numa segunda Emenda, e esta então não aceita pela Presidência, nós apresentamos pedido que os Bancos públicos fossem incluídos no projeto, sempre que houvesse um encaminhamento do projeto para o Banco do Estado do Paraná, nós entendíamos que era necessário somar a este banco, os bancos estatais, os bancos do governo porque aplicam aqui no Paraná recursos.

A título de informação, a cada 100 reais que o Banco do Brasil arrecada na Poupança Ouro, dentro do Estado do Paraná, o Banco do Brasil aplica, aqui mesmo no Paraná, 224 reais para cada real, que é depositado por um paranaense no Banco do Brasil 2,4 reais são aplicados na agricultura do Paraná e isto é motivo suficiente para nós entendermos que é necessário centralizarmos nos bancos públicos a arrecadação do Governo do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, peço, então, na continuação, uma questão de ordem, com referência ao artigo 120. Das Decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário, estou interpondo, Senhor Presidente, um recurso com referência à segunda Emenda, apresentada por minha pessoa na última Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência recorreu da decisão da Mesa?

(Assentimento).

O SR. EMERSON NERONE - Quanto, Senhor Presidente, a aceitação da segunda emenda, recorro da decisão da Mesa, mas primeiramente gostaria que houvesse um encaminhamento por parte do Deputado Ângelo Vanhoni, da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que o Requerimento do nobre Deputado é extemporâneo, mas dentro da sua gestão democrática, vai submeter ao Plenário a sua decisão.

Os Senhores Deputados que apoiam a decisão da Presidência, conservem-se como estão.

(Pausa).

Aprovada.

O Sr. Algaci Túlio - O Senhor está recebendo o requerimento, Senhor Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nestas condições submeto a voto a Emenda nº 1 que foi aprovada em 1ª Discussão. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão. **Aprovada.**

O projeto irá a Redação Final.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O recurso feito pelo Deputado Emerson Nerone,

Vossa Excelência colocou em votação se mantinha a posição da Mesa. A posição da Mesa era de acatar o recurso levantado pelo Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A decisão da Mesa foi votar, submeter a decisão do Plenário a decisão da Presidência e o Plenário aprovou a decisão da Presidência.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a destinação de recursos a programas de assistências ao menor conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 19/95

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o projeto de lei supra marginado, que dispõe sobre a destinação dos recursos provenientes das Leis nºs 8.328/86, 8.521/87, 9.114/89, 10.666/93, art. 4º da Lei nº 11.017/94 e Lei nº 11.035/95, para programas de assistência ao menor carente.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não vislumbramos qualquer óbice ao projeto, tendo em vista que apenas altera a destinação dos recursos obtidos, sem despesas ou vinculação da receita, prevendo inclusive os respectivos ajustes no Orçamento do Estado, que deverá ser feito através de Decreto.

Dessa forma, opinamos favoravelmente ao referido Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.95.

(a) ÉLIO RUSCH - Presidente e Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/95, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que modifica a redação do § 2º, do artigo 16 da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 11.017, de 28 de dezembro de 1994. (I.P.V.A.). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 031/95.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 094/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a denominação da entidade que trata a Lei n° 8.423, de 21 de novembro de 1986. ("Clube de Oratória do Paraná"). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 038/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Defesa do Consumidor" - APADECO, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11, de 08.03.95.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 038/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 038/95 de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Defesa do Consumidor" - APADECO, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Após atendido o pedido de diligência anteriormente requerido por este relator, estando inclusa a documentação exigida, a proposição se encontra conforme o que determina a Lei n° 6.994/78.

Com o exposto, somos de parecer favorável à sua tramitação normal.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 082/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Associação do Festival de Música de Londrina", com sede e foro na Cidade de Londrina, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 27.03.95.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 82/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Nobre Senhor Deputado Antônio Annibelli, objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina", com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Procedidas as análises constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável ao projeto de lei, fundamentando-

-se na Lei Estadual 6.994, de 10 de janeiro de 1.978.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 088/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Bocaiuva do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 28, de 03.04.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 88/95

P A R E C E R:

O plano de lei em referência, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Bocaiuva do Sul, com sede e foro naquele município.

Quanto aos aspectos referentes à constitucionalidade e legalidade da matéria, que cabe a esta Comissão analisar, não há nada que possa impedir a sequência normal do projeto, vez que a entidade em apreço atende às exigências da Lei n° 6994, de 10/01/78 com sua posterior alteração, que estabelece normas para declaração de utilidade pública de entidades.

Nestas condições nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 88/95.

Sala das Comissões, em 02.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Apenas quero lembrar os Srs. Parlamentares que compõem o Bloco Municipalista, que amanhã, a partir das 9:00 horas, no Plenarinho da Assembléia, estamos promovendo um encontro, uma reunião com a Associação dos Municípios do Paraná e com a presença do Secretário da Fazenda e também o Chefe da Casa Civil.

Então, o que estamos reforçando, lembrando mais uma vez aos componentes titulares e suplentes da comissão do Bloco Municipalista, como também é extensivo a todos os Srs. Deputados que queiram comparecer, participar dessa importantíssima reunião que o Bloco Municipalista, e a Associação dos Municípios do Paraná, estará realizando amanhã no Plenarinho da Assembléia a partir das 9:00 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de n° 1083, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Albor-

ghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1084, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria encontra-se publicada no Final desta Ata).**

Requerimento de nºs. 1085 a 1097, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1098, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1100, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1101, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1112, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria encontra-se publicada no Final desta Ata).**

Requerimento de nº 1102, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs. 1103 a 1105, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1106, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Encaminha-se na forma do requerido.**

Requerimentos de nºs. 1107 a 1109, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1110, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs. 1113 a 1116, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1122, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Reny Borsatto, Luiz Accorsi, Walmor Trentini, João Techy e Nelson Tureck, constante do expediente. **Junte-se ao referido projeto de lei.**

Requerimento de nº 1114, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1115, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1123, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovada a decisão da Mesa pelo não recebimento do presente pedido.**

Requerimentos de nºs. 1117 a 1121, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadã Benemérita do Paraná à Senhora Maria Christina de Andrade Vieira às dezessete horas de hoje.

Na preliminar, serão homenageados os componentes da Força Expedicionária Brasileira.

Marca ainda uma sessão Ordinária para terça-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038, 082 e 088/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 014, 035, 045, 057, 076 e 111/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 08 DE MAIO DE 1995.

"CONSENSO DE WASHINGTON E OS SINDICATOS"

De autoria do líder sindical paranaense Juvenal Pedro Cim.

Jornal "O Estado do Paraná"

Na última campanha presidencial - durante e depois -, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi acusado de estar ligado ao Consenso de Washington ou subordinado às exigências internacionais ditadas por Washington. O Consenso de Washington é ainda muito desconhecido no meio sindical.

O que é de fato o Consenso de Washington?

O Consenso de Washington vem de um nome dado pelo economista John Williamson, então diretor, professor e pesquisador do Instituto de Economia Internacional de Washington, para definir a reunião realizada em 1989, em Washington, com representantes de todos os países da América Latina.

Desta reunião foi tirado um conjunto de 10 medidas econômicas para os países da América Latina, com o objetivo de "con-

trolar a inflação e modernizar o Estado".

A palavra consenso ganhou a preferência porque todas as deliberações foram por consenso. Como não havia um entendimento nas propostas de cunho social, por exemplo, os baixos salários dos trabalhadores latino-americanos, o desemprego, a violência, a concentração de rendas, a marginalidade social, a falta de saúde, a habitação, etc, essas questões foram deixadas de fora, evidentemente, porque não interessavam aos países ricos e por isso não haveria um consenso com aquela finalidade.

As medidas aprovadas no Consenso de Washington;

- Ajuste Fiscal - O Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público.

- Redução do Tamanho do Estado - Limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição do seu papel, com o enxugamento da máquina pública.

- Privatização - O Estado vende as empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e implementar políticas sociais.

- Abertura Comercial - Redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.

- Fim das Restrições ao Capital Externo - Eliminar da Constituição todo e qualquer empecilho ao capital especulativo ou produtivo do Exterior.

- Abertura Financeira - Fim das restrições para que as instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da representação do Estado no segmento.

- Desregulamentação - Redução das regras governamentais para funcionamento da economia.

- Reestruturação do Sistema Previdenciário.

- Investimentos em Infra-estrutura Básica.

- Fiscalização dos Gastos Públicos e Fim das Obras Faraônicas."

Evidentemente que essas medidas traduzem perfeitamente e pregam o neoliberalismo, que é uma doutrina filosófica que tem suas ramificações em todos os campos das ciências sociais e pretende dar uma compreensão global do homem e da sociedade.

A bandeira maior do neoliberalismo é a economia de mercado, com a qual defende a propriedade privada e os bens de capital. É totalmente contrário à intervenção do Estado na economia.

A ética é a consciência individual; não existe a justiça social. Os neoliberais têm uma argumentação e uma lógica de

pensamento sem precedentes, mas é uma doutrina arrasadora em se tratando dos interesses dos trabalhadores.

No momento em que o Brasil passa por uma reforma constitucional, a análise e o conhecimento em relação ao Congresso de Washington é muito importante para que possamos entender que o Governo Federal pretende fazer, principalmente no tocante à Previdência Social, aos direitos sociais dos trabalhadores, o contrato coletivo de trabalho, o problema das privatizações, porque o Consenso de Washington quer, exatamente, com o objetivo de flexibilização da mão-de-obra, gerar excedentes para pagar a dívida externa. E o caminho para gerar esses excedentes é a privatização nos países periféricos. Por isso que o Consenso de Washington exige a privatização total.

Juvenal Pedro Cim é presidente do SENALBA-PR. Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional do Estado do Paraná.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA N° 066/95

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

colocar a disposição do Instituto de Previdência do Estado (IPE), Dino Brassac Filho, funcionário da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ora a disposição deste Poder, até 31.12.95. (Prot.n° 3871/95, de 24.04.95).

Gabinete da Diretoria Geral, 25.04.95

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ADMINISTRAÇÃO DOS
PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dois dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. para instalar e eleger Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental pelo Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e contando com as presenças dos Deputados Algaci Túlio, Ricardo

Chab, Florisvaldo Fier, Augustinho Zucchi, Reny Borsatto e Eduardo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, instalando a comissão, passando em seguida para a eleição, procedido o sufrágio, foram eleitos de forma unânime os Senhores Deputados Algaci Túlio e Ricardo Chab para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Antes de passar a Presidência ao Deputado Algaci Túlio, o Deputado Anibal Khury colocou a Presidência da Assembléia ao inteiro dispor da comissão que ora se instala e apresentou o Doutor Alberto Carazzai Neto, que prestará assessoria especializada aos Senhores Membros da CPI. Ao assumir o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Algaci Túlio agradeceu a deferência de seus nobres pares e indicou como Relator da Comissão o Deputado Florisvaldo Fier. Em seguida o Senhor Presidente apresentou para ser discutido um plano de trabalho. Ficou, então, acertado visita ao Porto de Paranaguá para a próxima terça-feira e distribuição de documentação pertinente ao caso para o conhecimento de todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANIBAL KHURY
ALGACI TÚLIO
RICARDO CHAB
FLORISVALDO FIER
RENY BORSATTO
AUGUSTINHO ZUCCHI
EDUARDO REVISAN
DURVAL AMARAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SANEPAR
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar possíveis irregularidades na SANEPAR. Presidida na forma regimental pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, Primeiro vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e contando com as presenças dos Deputados José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Eduardo Trevisan, Florisvaldo Fier, Luiz Cláudio Romanelli, Albanor Gomes e Walmor Trentini, membros da CPI e do Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida a eleição

para Presidente, procedido o sufrágio constatou-se quatro votos no nome do Deputado José Maria Ferreira e três votos no do Deputado Florisvaldo Fier. Eleito para Presidente o Deputado José Maria Ferreira. Em seguida foi realizada a eleição para Vice-Presidente e Relator, quando foram eleitos, por aclamação, os Deputados Plauto Miró Guimarães e Eduardo Trevisan, respectivamente. Antes de passar a presidência dos trabalhos ao Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Luiz Carlos Zuk, falando em nome da Comissão Executiva da Casa, colocou a inteira disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito todo o apoio material e financeiro do Poder Legislativo. Ao assumir o cargo para o qual foi eleito o Deputado José Maria Ferreira, agradeceu a deferência de seus nobres pares e afirmou que tudo fará para levar adiante, da melhor maneira, os trabalhos da CPI. Foi acertado uma reunião para a próxima 3ª-feira, para ser elaborado um plano de trabalho a ser cumprido pela comissão. Usando a palavra o Deputado Florisvaldo Fier declarou a sua vontade de levar a termo toda a motivação do requerimento que constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que se produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
JOSÉ MARIA FERREIRA
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
EDUARDO TREVISAN
FLORISVALDO FIER
WALMOR TRENTINI
LUIZ C. ROMANELLI
ALBANOR GOMES

COMISSÃO DE FINANÇAS
13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Florisvaldo Fier, Milton Puppio, Albanor Gomes, Carlos Simões e Nelson Justus. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 051/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/95. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 066/95, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL

- APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 050/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/95. Relator Deputado Albanor Gomes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 104/95, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Relator Deputado Milton Puppio. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 064/95, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 063/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Florisvaldo Fier. Requer diligência junto a Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Deferido. A seguir o Deputado Florisvaldo Fier faz a leitura de alguns requerimentos. O Senhor Presidente comunica que será dado o encaminhamento competente. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Nelson Justus e Albanor Gomes. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 031/95, de autoria do Deputado Caio Quintana. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 019/95, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Elio Rusch. O Deputado Orlando Pessuti requer vista. O Presidente defere. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH
Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE ATA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se no Gabinete Parlamentar do Deputado Luiz Accorsi dessa Assembleia Legislativa do Paraná, a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Senhor Deputado Luiz Accorsi e com a presença dos seguintes Deputados: Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) e Sâmis da Silva. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osmar Prestes, Secretário de Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes Deputados: Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), Jocelito Canto e Orlando Pessuti. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Dr. Rosinha que propôs em fazer uma visita à Itaipu, falou sobre a indicação de um membro da Comissão para convocar o Secretário Armando o qual foi designado o mesmo, e os demais Deputados presentes teceram a respeito do que foi dito pelo Deputado Dr. Rosinha, o Presidente propõe em fazer um trabalho em conjunto montar um telefax de saúde para receber projetos, mandar entre nove a quatorze mil cartas para toda área de saúde. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário de Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Deputado

do Geraldo Cartário e contando com as presenças dos Senhores Deputados: José Maria Ferreira, Milton Puppio, Marcos Alves e Péricles de H. Mello. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos solicitando à secretária que procedesse à leitura da Ata da Instalação da Comissão. O Senhor Deputado Milton Puppio requer a dispensa da mesma. O Senhor Presidente deferiu. Não havendo expediente a ser votado, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 035/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL. 02) Projeto de Lei n° 014/95, de autoria do Deputado Caio Quintana. Relator: Deputado

13. LEGISLATURA - 1.º PERÍODO LEGISLATIVO
ATA DA 1.ª REUNIÃO GERAL

Marcos Alves. Parecer FAVORÁVEL. 03) Projeto de Lei nº 045/95, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Remy Borsatto. Parecer FAVORÁVEL. 04) Projeto de Lei nº 076/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestre. Relator: Deputado Péricles H. Mello. Parecer FAVORÁVEL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandra Zampieri, Secretária dessa Comissão.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
Sandra Zampieri - Secretária

[illegible][illegible]

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
13. LEGISLATURA - 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
1954 - 1955

[illegible]